

PARECER JURÍDICO Nº 424/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 30/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

Vem a este Departamento, nesta data, o processo em epígrafe, a fim de que seja analisado sobre os aspectos de sua legalidade, nos termos lei de Licitações.

Versa o presente sobre a contratação de empresa para futura e eventual aquisição de peças, acessórios e peças elétricas originais para os veículos leves, vans/micro-ônibus, caminhões-ônibus e máquinas pesadas da frota da Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores, com prestação de serviços mecânicos e elétricos.

Verificando o que prescreve a Lei 14.133/2021, constata-se que o mesmo foi elaborado nos ditames das Legislações acima citadas, senão vejamos:

Como se sabe, após a vigência da nova lei, todos os elementos indispensáveis à contratação devem ser avaliados (art. 53, § 1º, II).

São elementos indispensáveis à contratação, dentre outros: (I) os requisitos formais; (II) o estudo técnico preliminar; (III) o termo de referência; (IV) o projeto básico; (V) o orçamento estimativo; (VI) a aferição dos requisitos de validade dos atos administrativos praticados e (VII) a qualidade da motivação e das justificativas apresentadas no processo.

Em análise ao processo licitatório, verificou-se que todos os requisitos acima descritos foram observados. Ainda, no preâmbulo do Edital em exame, consta o número de ordem que esta sendo respeitado neste exercício, também o nome da municipalidade como repartição interessada, a modalidade de licitação, o regime de execução do mesmo, o seu respectivo objeto e, com muito destaque, a legislação a ser observada no certame, Lei nº 12.133/2021.

Ainda, de forma clara o local de acesso eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br) para credenciamento ao certame e oferta de lances e o recebimento de informação referente à documentação.

O processo transcorreu com normalidade, desde o cadastramento para credenciamento e habilitação (fase preparatória), bem como nas fases de recebimento e julgamento das propostas dos licitantes. Outrossim, está perfeitamente caracterizado o objeto a ser adquirido e contratado através do Edital, bem como a documentação necessária para habilitar-se no respectivo certame. Consta também os prazos a serem observados e as condições exigidas para habilitação.

A publicação foi ampla, respeitados todos os prazos legais. Houve o credenciamento de várias empresas, as quais lançaram suas propostas e lances, e foram aceitas pelo pregoeiro e equipe de apoio.

Os vencedores restaram nominados conforme Ata Final – Pregão Eletrônico 30/2024. A empresa MECANICA SACON E FRUSCALSO LTDA foi desclassificada por proposta inexequível em alguns itens e a empresa AUTO LEGAL – CENTRO AUTOMOTIVO LTDA foi desclassificada em um item a pedido do fornecedor, por não atender a linha pesada. Não houve interposição de recurso. Foi dado ciência aos licitantes do resultado final.

Nestes termos, é o presente para inclinar-se pela aprovação do presente certame, por satisfeitas as exigências da Lei 12.133/2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Tapejara – RS, 15 de maio de 2024.


LEONARDO FRIGERI
OAB/RS 111.697
*Leonardo Frigeri
Procurador Geral
Tapejara/RS
OAB-RS 111.697*

VALÉRIA LAMB
OAB/RS 84.247